

FRONTEIRAS: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS

Sílvia Helena Zanirato ¹

Resumo

O texto tem como objetivo identificar algumas possibilidades interpretativas empregadas para o conceito fronteiras, vinculando-as ao momento histórico de sua formulação, assim como pensar no emprego da categoria no campo interdisciplinar e no tempo presente. Para isso, o texto está organizado em partes. Inicialmente se discute o que se entende por fronteiras, de uma perspectiva territorial geopolítica aos significados simbólicos; a seguir, são abordados os efeitos espaciais da fronteira, ou seja, campos de investigação que se apresentam para os estudiosos das fronteiras, com destaque para a cooperação transfronteiriça; ao término, a discussão contempla perspectivas de estudos do tema na perspectiva interdisciplinar e no tempo presente, com ênfase na fronteira Brasil Bolívia, o que torna a região de Cáceres e a UNEMAT, lugares extremamente profícuos para os estudos acerca desse campo de conhecimento.

Palavras-Chave: Fronteiras, História, Interdisciplinar, Fronteira Brasil-Bolívia.

Resumen

El texto tiene como objetivo identificar algunas posibilidades interpretativas empleadas para el concepto frontera, vinculándolas al momento histórico de su formulación, así como pensar en el empleo de la categoría en el campo interdisciplinar y en el tiempo presente. Para eso, el texto está organizado en partes. Inicialmente se discute lo que se entiende por frontera, de una perspectiva territorial geopolítica a los significados simbólicos; en seguida, son abordados los efectos espaciales de la frontera, o sea, campos de investigación que se presentan para los estudiosos de las fronteras, con destaque para la cooperación transfronteriza; al término, la discusión contempla perspectivas de estudios del tema en la perspectiva interdisciplinar y no tiempo presente, con énfasis a la frontera Brasil Bolívia, lo que convierte la región de Cáceres y la UNEMAT, lugares extremadamente fructífero para los estudios acerca de ese campo de conocimiento.

Palabras-clave: Fronteras, História, Interdisciplinar, Frontera Brasil-Bolívia.

O que se entende por fronteiras?

Discutir um conceito, seja lá o qual for, é uma tarefa nada fácil, porque antes de tudo, um conceito tem historicidade, ou seja, sua interpretação encontra-se ligada à temporalidade de seu emprego como categoria explicativa. Essa questão complica-se ainda mais na medida em que se reconhece que um conceito pode ser dotado de pluralidade interpretativa, que suscita amplas possibilidades de abordagens.

É o que se aplica ao se definir o que significa a categoria fronteira. Não raras vezes o conceito aparece referido a uma linha divisória - concreta ou imaginária - que separa

¹ Doutora em História, professora do curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes Ciência e Humanidades - USP.

alguma coisa. Também é comum encontrar seu sentido aplicado no campo do político, referido aos limites geopolíticos ou margens territoriais que ora se apresentam como pontos de encontro, ora de separação entre espaços.

A palavra fronteira tem origem latina e provém de “fronteria” ou “frontaria”, que indicava a parte do território situada nas margens, isto é, “in fonte”. Nas sociedades primitivas as populações utilizavam-se de um amplo território, onde havia áreas conhecidas e outras estranhas. A fronteira era o ponto de separação de “um cotidiano comunal conhecido, de outro que lhe é(ra) inteiramente estranho” (MARTIN, 1992, p. 22). Como eram povos em constante movimento, a flexibilidade era um componente dos limites do território.

À medida que os povos foram se tornando sedentários e que o poder foi centralizado, acirraram-se as disputas pelo território e as fronteiras tornaram-se mais fixas. A defesa e a expansão dos limites do território passaram a constituir ações conjuntas e as fronteiras adquiriam um duplo sentido, de proteção e de barreira a ser transposta.

O processo de fragmentação política ocorrido na Idade Média acelerou a mobilidade fronteiriça e, com ela, a percepção de que, antes de mais nada, as fronteiras resultavam de um ‘contrato entre partes’. Com a formação dos Estados nacionais deu-se o estabelecimento de limites rígidos e precisos entre as nações. O desenvolvimento da cartografia favoreceu esse processo, pois tornou possível a introdução de traçados, estipulando os limites entre soberanias.

Em busca de explicar o que seria uma fronteira o geógrafo Friedrich Ratzel, em 1899 afirmou que a fronteira tinha sua origem no movimento dos seres vivos e era “constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar” (RATZEL, 1899, apud MARTIN, 1992). O conceito era explicado de acordo com os processos de movimentos da natureza, próprios de cada ser, seja ele vegetal ou animal.

Do mesmo modo, Frederick Jackson Turner, em 1893 procurou expressar seu entendimento sobre o conceito ao dizê-lo como um fenômeno espacial e histórico e uma mostra da confrontação cultural, daí a importância da expansão dos limites, do ultrapassar da borda em direção a algo melhor, seja a democracia, seja a civilização (TURNER, 1961, p. 38).

Essa interpretação foi empregada pelo geógrafo norte-americano Isaiah Bowman ao entender que a fronteira correspondia ao avanço expansão agrária sobre espaços “incultos” (BOWMAN, 1949).

Pouco a pouco foi se firmando a noção de que “a fronteira marca o limite territorial onde o Estado-nação exerce sua soberania” (MARTIN, 1992, p. 38). Tal entendimento favoreceu a percepção de que a fronteira é uma construção humana, uma vez que são os homens que atribuem aos acidentes geográficos a condição de limite entre espaços.

A ampliação do conceito se percebeu com Benedikt Zientara, para quem a fronteira não tem necessariamente a configuração material, posto que os acidentes geográficos não devem ser compreendidos como limites determinantes, mas como construções linguísticas, culturais, econômicas e religiosas de determinados grupos, tribos, etnias, povos, nação, etc.; que se opõem às construções também sócio-históricas de outros grupos. Para

ele, a fronteira não deve ser considerada como uma linha divisória, resultado de uma negociação jurídico-política, mas sim uma área de contato (ZIENTARA, 1989, p. 306-317).

Com base nessa definição, as fronteiras passaram a ser compreendidas como locais de encontro de diversidades, de populações humanas em movimentos e confrontos por determinados espaços, em luta pela conquista desses espaços. Nesse sentido, as populações, histórica e culturalmente constituídas, movimentam-se pela conquista de novos espaços e nessas áreas em que se movimentam - as fronteiras - suas constituições culturais, históricas, sociais e religiosas sofrem processos e pressões que modificam suas formações iniciais, e, a cada processo de encontros de diversidades, novas formações socioculturais ocorrem.

A partir de então, os estudos passaram a discutir as fronteiras em lugares específicos, diferenciados uns dos outros, com dinâmicas próprias. Passou-se a enfatizar as práticas ofensivas ou de aliança, de colaboração e intercâmbio, ocorridas no interior das fronteiras e que, muitas vezes, indicam encontros e desencontro entre os atores situados nestes diferentes níveis. As pesquisas passaram a mostrar que as populações (com suas histórias, culturas, organizações sociais, sistemas religiosos, etc.,) estão em constante movimento, em determinados espaços que são denominados fronteiras e que são, por sua vez, incertos, móveis.

Atualmente, o termo é empregado tanto em um sentido físico, referido a um espaço mais ou menos fixo, que de tempos em tempos sofre modificações, quanto no sentido simbólico, como construções de sentido que podem remeter às bordas entre normalidade e anormalidade, entre o padrão e o desvio de normas socialmente acordados.

Os historiadores valeram-se desses conceitos e, igualmente, passaram a entender que:

(...) as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Nesse sentido, são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário esse sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Desta forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo a parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002, p.35-36).

Sejam físicas ou simbólicas, na interpretação histórica, “as fronteiras encontram realidade no cotidiano, organizam espaços sociais, de classe, gênero, raça, e erigem barreiras que se expressam no corpo, na cor, no sexo, na idade” (FLORES, 2001, p. 193-194).

As reconfigurações territoriais havidas sobretudo no leste europeu, quando a definição de fronteiras aparecia conjugada aos processos históricos desencadeados naquele

momento, fez o termo reaparecer com força no final do século XX. Isso se passou nos campos da sociologia, da antropologia, da economia, da geografia e da história, quando se percebeu a força da crítica a qualquer definição estática do expressão, e pela defesa da aplicação do termo fronteira a toda e qualquer circunstância na qual a ideia de limites esteja presente. Um estudo sobre o assunto, não pode ignorar, de forma alguma, essas questões.

Em busca de aprofundar um pouco mais essa questão, considero importante recortar o campo de investigação e discutir o sentido da fronteira na definição dos limites internacionais, o que remete ao campo do direito internacional.

Os efeitos espaciais do fator fronteira

Considero importante destacar ao menos três campos de investigação que se apresentam para os estudiosos das fronteiras.

Um primeiro é aquele que parte da constatação de que “as fronteiras, mesmo as chamadas naturais, as que coincidem com um acidente geográfico relevante são resultados de convenções (bilaterais) ou de imposição (unilateral)” (BACKHEUSER, 1952).

Tais convenções são como linhas geográficas, que separam ou põem em contato dois ou mais e talvez esse seja um dos traços mais significativos dos Estados nacionais modernos. Compreender a constituição histórica dos limites fronteiriços é assim um primeiro campo de estudos a ser destacado.

Os estudos sobre a formação dos Estados Nacionais, os deslocamentos das fronteiras do país, a incorporação de territórios ocupado por antigos povoadores, a colonização das terras conquistadas, os conflitos ocasionados por esse processo, o processo de integração de espaços econômicos, políticos e simbólicos, e não somente do espaço geográfico no sentido de anexação de territórios pertencentes a outros estados, a construção de justificativas para o domínio de territórios elaboradas pelos formuladores da geopolítica, em diferentes momentos, ao lançarem mão da geografia e da história, são algumas possibilidades de estudos que se abrem nessa vertente interpretativa²

Uma segunda direção investigativa é aquela formada por estudos que tratam as fronteiras na perspectiva das relações internacionais, que as abordam como limites que demarcam os Estados e por onde se estende sua soberania. As estratégias diplomáticas e militares em defesa desses limites têm sido objetos de estudos, que contemplam incursões e conflitos vistos grande parte das vezes como ameaças à integridade territorial de um estado e um desafio potencial à integridade administrativa, política e cultural de espaços

² Ver especialmente Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002; Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997. Evaldo Cabral de Mello. *O norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL. 1984. P. 11-17. José Murilo de Carvalho. *A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume Dumará. 1996. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*.ed. Rio de Janeiro: Acces, 1999. Mirian Dolnikoff. “Ilites Regionais e a construção do Estado nacional”. In: István Jancsó (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: UNIJUI, 2003. P. 431-468. István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000, p. 127-175.

transfronteiriços. Os conflitos expressam as dificuldades de acordo entre Estados vizinhos, uma vez que o traçado de fronteiras se apresenta como um tecido que se tece e se refaz.

Mas, a fronteira também é um lugar de cooperação e de integração entre comunidades vizinhas. A Cooperação transfronteiriça corresponde à “toda concertação que trata de reforçar e desenvolver as relações de vizinhança entre as coletividades ou autoridades territoriais, assim como a conclusão de acordos e normas úteis a esse fim” (TRIGAL e POZO, 1999, p. 170).

A cooperação contribui para suavizar os efeitos inconvenientes da fronteira, para superar a situação de marginalidade nacional das regiões fronteiriças e para melhorar as condições de vida de suas populações.

A filosofia da cooperação é a de que as áreas de fronteiras sejam lugares de encontro, no qual se trabalhem juntas em prol do desenvolvimento de ações, estabelecendo prioridades, uma vez que supõe que uma grande quantidade de agentes sociais e níveis administrativos se unam para dialogar sobre todos os aspectos da vida cotidiana, da cidadania no marco de uma região ou de localidades fronteiriças.

Os instrumentos legais e técnicas de cooperação transfronteiriça podem ser assim compreendidos:

- Convênios e acordos multilaterais que funcionam como guarda-chuva para favorecer acordos locais.
- Acordos bilaterais entre administrações nacionais, composto por comissões intergovernamentais.
- Acordos de cooperação diretos entre as entidades regionais e locais, de acordo com a autoridade de cada Estado e que traz limites.

O terceiro campo trata da importância de estudos que contemplem a fronteira como local ou situação nos quais se realizam as trocas interculturais e os mecanismos de manutenção das identidades. Na situação de fronteira, as identidades reafirmam-se, transformam-se, metamorfoseiam-se, reproduzem-se. As identidades desdobram-se em termos étnicos, regionais e nacionais. Isso significa pensar a fronteira, seus contatos, trocas e interações, bem como os processos mantenedores e os processos modificadores das identidades, como processos históricos (CARVALHO, 2006, p. 54).

A fronteira é um lugar de confrontação cultural, que contempla representações e práticas coletivas de organização e apreensão do mundo social. Tais representações não prescindem de estratégias e práticas que legitimam escolhas e valores muitas vezes conflitantes. A dimensão simbólica se afirma na fronteira ao mesmo tempo em que esta se projeta de forma simbólica. A fronteira não deixa de ser “uma invenção para justificar representações simbólicas, culturais e ideológicas contra a territorialidade do outro” (SILVA, 2007, p. 286). De acordo com Bourdieu, nela se afirma o poder de determinados grupos, que impõe visões de mundo nas quais se pressupõe valores únicos e idênticos (BOURDIEU, 1998). por isso mesmo, as dimensões etnocêntricas estão presentes nesses espaços, que não deixa de expressar resistências.

Assim, a fronteira é mais do que limite jurídico, é um processo particular de produção do espaço, que implica no controle de territorialidades, cujo teor comporta concep-

ções distintas e conflitantes. A fronteira é, por tudo isso, “o espaço do desejo, da posse e do conflito” (SILVA, 2007, p. 308).

Ainda que a História tenha se apropriado do conceito e o empregado com propriedade, acredito que para dar conta dessa amplitude conceitual é imprescindível pensar numa perspectiva interdisciplinar e considerar o modo como os historiadores lidam com o tempo presente.

A interdisciplinaridade e o tempo presente

Não há consenso em torno do que seja interdisciplinaridade e nem uma definição única e acabada “unívoca e definitiva do conceito” (LEIS, 2005, p. 8). Para alguns, ela seria a junção intencional de duas ou mais disciplinas que estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado (COIMBRA, 2000, p. 58). Para outros, ela é um meio para a construção de “um novo objeto científico” e não um “tratamento comum da temática” (LEFF, 2001a, p. 70).

Em qualquer um dos sentidos, deve ficar claro que não se trata da elaboração de termos unívocos, posto que, “apesar do propósito de fazê-los funcionar dentro de perspectivas alternativas de desenvolvimento, resultam ineficazes” (LEFF, 2001a, p. 97). O projeto interdisciplinar deve estar fundamentado num método que convirja os saberes disciplinares fracionados, que elimine as divisões estabelecidas pelas fronteiras dos territórios científicos, que cancele o espaço próprio de seus objetos de conhecimento (LEFF, 2001b). Para isso há que se apostar em outra concepção de ciência que abra as fronteiras disciplinares, que agregue saberes e que mude os modelos de conhecimento que favoreceram à especialização e ao monólogo disciplinar.

A articulação de diversas disciplinas possibilita “melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais” (FLORIANI, 2000, p. 100).

Como historiadora, não posso negar um entendimento que acompanhou minha formação acadêmica ao longo de, pelo menos, 20 anos: a de que a História é uma disciplina que estuda as transformações das ações humanas ocorridas no tempo e no espaço. A História se apresentou não como um mero contar sobre o suceder de fatos ao longo do tempo e no espaço, mas sim como a explicação do como e do porque das transformações ocorridas no tempo e no espaço. Minha formação foi assentada em princípios de que as reflexões sobre o tempo eram, necessariamente, reflexões de historiadores, pois “para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo (...) o tempo imperioso do mundo” (BRAUDEL, 1992, p. 72). Para o historiador, o tempo é o princípio e o fim de qualquer investigação histórica, não é unidimensional e apresenta inúmeras questões. Não um tempo linear, sincrônico, mas sim múltiplo, divergente, com variações decorrentes das ações humanas em distintas realidades sociais.

O historiador deve compreender as mudanças e as permanências, as inúmeras durações nos processos sociais, ciente de que o tempo na História não tem uma unicidade,

mas uma pluralidade de dimensões; não é linear, cumulativo, irreversível e progressivo, mas pluridirecionado, não global, mas múltiplo. Ele é uma realidade dada nos fenômenos humanos concretos, com durações e ritmos objetivos, um tempo que não se dá à percepção e não pode ser conhecido por especulação. O tempo na História, diz Philippe Ariés, não se reduz a uma sucessão de fatos, não é uma infinidade de fatos como uma régua geométrica que contém uma infinidade de pontos (ARIÉS, 1989, p. 225).

Com esse sentido era possível compreender que as diferenças no desenvolvimento das sociedades, por exemplo, não são atrasos, mas ritmos diferentes, processos diferentes que precisam ser estudados para serem compreendidos e não apenas adjetivados.

Disso decorre que o passado não pode ser visto como algo isolado do presente, mas sim abordado a partir do presente. Passado e presente são momentos singulares do tempo histórico, que informam um ao outro, estabelecendo uma relação de conhecimento recíproco. “O presente não é superior ao passado, é somente outro momento” (REIS, 1994, p. 27).

As análises feitas pelos historiadores sobre eventos ocorridos requerem recortes no tempo, efetuados por questões didáticas, posto que a História é um processo contínuo. O evento é recortado para uma análise mais aprofundada. Dessa questão desdobra-se o entendimento de que o recorte, os marcos temporais são determinados pelo historiador a partir da documentação que o orienta. É essa documentação que fornece elementos capazes de indicar o momento em que o objeto estudado adquire maior relevância e pede maior compreensão e o momento em que ele se integra ao processo contínuo.

A temática fronteira é uma questão do tempo presente e que expressa, não raras vezes, as dificuldades dos historiadores em trabalhar com o tempo presente, uma herança pesada do positivismo que defendia uma história verdadeira, possível de ser alcançada pelo distanciamento do historiador em relação ao ocorrido. Segundo o positivismo, os historiadores deveriam contemplar fatos passados há muito tempo, pois “olhado à distância, o passado pode ser visto com clareza: sem medo e sem pressa” (REIS, 1995, p. 49). Acreditava-se que a distância entre o tempo do ocorrido e sua explicação garantiria os resultados e incorreria em menos distorções. A verdade seria atingida desde que seguissem esses passos.

Não poucas vezes ao tratarmos do temas como a fronteira incidimos nessa interpretação. Analisamos o tema sem estabelecer o nexo, a continuidade da implicação do ocorrido com a situação atual. Não obstante,

os fatos e os fenômenos sociais têm suas raízes no passado e se projetam irreversivelmente no futuro. Estabelecer uma correta relação entre eles deve ser uma das principais finalidades da história, pois um dos fundamentos básicos da formação da temporalidade consiste em possuir a capacidade de perceber e compreender a dimensão histórica da realidade. (PAGÉES, 1989, p. 4)

O conhecimento do carácter dinâmico da sociedade e da capacidade de reconhecer as mudanças no tempo, tanto nos aspectos concretos como na sociedade em seu conjunto. Se trata de um ponto central que requer, além do conhecimento dos diferentes

ritmos de transformação, a análise dos fatores que contribuem para determinar as transformações e/ou permanências. (PAGÉS, 1989). Não obstante:

o presente é uma consequência do passado e se projeta no futuro. O futuro será o resultado das ações e decisões que tomarmos no presente, da mesma maneira que o presente é o resultado das ações que se tomaram no passado (PAGÉS, 1989, p. 21).

Sem dúvida, o tempo avança e o futuro se faz no dia a dia, ele vai tomando, inevitavelmente, corpo no presente. Sabemos assim que a construção do futuro será uma consequência do que dizemos do passado em nossos atuais enfoques (PAGÉS, 1989), o que não deixa de ser preocupante e, ao mesmo tempo, instigante.

Se consideramos essas questões, ao tratarmos do tema fronteiras, com sua amplitude conceitual e suas implicações, certamente abriremos maiores possibilidades explicativas para a resolução dos tantos problemas que ainda restam ser enfrentados nesse campo de estudo.

Um campo de estudos: a fronteira Brasil-Bolívia.

A mais extensa fronteira geopolítica brasileira se faz com a Bolívia; são 3.126 quilômetros de extensão. A linha fronteira parte da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul e vai até a cidade de Assis Brasil, no Acre. O espaço por ela delimitado comporta uma grande variedade de paisagens, desde áreas urbanas a lugares poucos habitados na densa floresta amazônica.

Do total de 3126 quilômetros fronteiros entre o Brasil e a Bolívia, 150 estão dentro dos limites do município de Cáceres, no Mato Grosso. Isso torna esse município um local estratégico para se viver e se pensar nos múltiplos significados que a fronteira pode expressar.

No espaço de Cáceres se colocam práticas ofensivas ou de aliança, de colaboração e intercâmbio, que indicam encontros e desencontros entre os sujeitos sociais. Investigar os constantes movimentos das populações desses espaços (com suas histórias, culturas, organizações sociais, sistemas religiosos, etc.) é um desafio e um campo frutífero de investigação.

Alguns pontos já se avizinham para a isso:

A compreensão da formação histórica da fronteira Brasil-Bolívia é um tema a ser aprofundado, o que requer o entendimento de duas colonizações (portugueses e espanhóis) em disputa pelo mesmo território e pela influência sobre os povos indígenas que ali se encontravam. Os planos de povoamento e as ações que os colonizadores espanhóis e portugueses realizaram para o domínio das populações desse espaço tem sido estudadas pelo Grupo de Estudos *Fronteira Oeste*, resultando em produções como as de Otávio Ri-

beiro Chaves³, Domingos Savio da Cunha Garcia⁴, João Edson de Arruda Fanaia⁵, João Ivo Puhl⁶ e Ione Aparecida Martins Castilho Pereira⁷.

A abordagem histórica pelo grupo referido permite compreender o processo histórico de constituição dos marcos, os conflitos e tensões gerados no processo, os acordos possíveis e também como e porque o processo de ocupação da área culminou com a separação dos primeiros habitantes em dois povos, um boliviano e um brasileiro. Os desdobramentos dessas ações presentes nos dias atuais, explicitados por meio das “fronteiras sociais”, que excluem as pessoas conforme sua nacionalidade, e repercutem em definição de identidade e de reconhecimento de pertinência étnica também instigam pesquisadores (SILVA, 2008; PACINI, 2008). A distinção de nacionalidades, como bem afirmado por Costa “é o principal modo pelo qual as pessoas constroem o sentido de lugar na fronteira – a fronteira da nação, sua nação –, constituindo um elemento de sentido comum para a população local” (2013, p. 141).

O fato de estar situado em área limítrofe de fronteira Brasil/Bolívia demanda da Prefeitura (de Cáceres) e de seu sistema de ensino, o desafio de lidar com questões relacionadas à diversidade étnico cultural de descendentes dos povos chiquitanos (provenientes da Bolívia) e bororo, de inúmeros assentamentos de reforma agrária e de povos pantaneiros, atendidos nas escolas públicas da rede , (COSTA, 2012, p. 10)

As implicações derivadas desse processo também podem ser compreendidas por estudos que contemplem as diferenças de políticas públicas de trabalho, de seguridade social e de educação dos dois países vizinhos, que se expressam mais claramente na região fronteira, o que compromete os esforços de inclusão de pessoas que vivem na transitoriedade.

Do mesmo modo, a problemática do acesso à terra, dos assentamentos rurais nos espaços de demarcação da linha fronteira constituem aspectos que podem e devem ser investigados.

No Brasil, a faixa de fronteira é definida com uma largura de 150 km paralela ao limite. A constituição de 1988 determina que todas as terras devolutas localizadas nessa faixa pertencem à União e que a exploração mineral só pode ser permitida mediante auto-

³ Ver em especial CHAVES, O R. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. Territórios e Fronteiras (Online), v. 7, p. 1-286-286, 2014 e Militarização e Povoamento da Capitania de Mato Grosso, século XVIII. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 07, p. 1-226, 2012.

⁴ GARCIA, D S (Org.); MICELI, P. C. (Org.) . História e Fronteira. 1ª. ed. Cáceres: Editora da UNEMAT, 2014. v. 1. 271p e Mato Grosso (1858-1914). Capital mercantil e monopólio na periferia do capitalismo. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 10, p. 324-340, 2013.

⁵ FANAIA, J. E. A. Elites Políticas em Mato Grosso na Primeira República. Fronteira: memória e linguagem.. 1ed.Campinas/São Paulo: Pontes, 2001, v. 1, p. 61-71.

⁶ PUHL, João Ivo. Pedagogia Étnica: Educação Chiquitana, v. I, p. 95-120, 2012 e PUHL, João Ivo ; CHAVES, O. R. Índios Mojos e Chiquitos no contexto colonial ibérico séc. XVI-XVIII. Territórios e Fronteiras (UFMT. Impresso), v. 5, p. 32-59, 2012.

⁷ CASTILHO PEREIRA, I. A. M. Missões como instituição de fronteira: uma análise comparativa da ação política desenvolvida pelos jesuítas nas missões de Mojos e Chiquitos. In: Paulo Celso Miceli; Domingos Savio da Cunha Garcia. (Org.). História e Fronteira. 01ed. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014, v. 01, p. 48-65.

rização do governo federal (STEIMAN, 2002). Na Bolívia, a “zona de seguridad fronteriza” é constituída por uma faixa de 50 km paralela ao limite internacional. Nessa área, nenhum estrangeiro pode adquirir propriedade, nem títulos de águas, ou do subsolo. Em caso de estrangeiro residente e proprietário de terras, o governo boliviano pode desapropriá-lo sem direito a indenizações (BOLIVIA, 2007, p. 68). Em que pesem essas determinações, a faixa tem recebido pressões pela apropriação de terra pelas frentes produtivas de soja e de extração de madeiras (SILVA, 2010). Os desencontros dos instrumentos legais e institucionais entre o Brasil e a Bolívia adquirem maior relevância na região fronteiriça e contribuem para aprofundar os problemas ali encontrados.

Cotidianamente brasileiros e bolivianos atravessam a fronteira para comprar, para estudar, trabalhar e viver. Trinta milhões de brasileiros moram na faixa de fronteira internacional do Brasil. Também sabemos que há uma massiva presença boliviana no país. A Lei da Anistia de 2009 para migrantes que viviam em situação irregular no Brasil definiu a situação de 1.600 bolivianos que regularizaram sua estada no país, no entanto, estima-se que esse número ultrapasse 100 mil. Da mesma forma, do lado boliviano é grande a presença brasileira. Somente no departamento de Santa Cruz estima-se que em 2001, 50,3% dos habitantes eram brasileiros (SOUCHAUD e CARMO, 2006). A região de fronteira Brasil/Bolívia também é palco do crescimento do setor agrícola como o cultivo da soja que vêm ultrapassando a fronteira dos dois países e transformando regiões antes pouco produtivas em campeãs de produtividade.

Sabemos que “os migrantes procuram na zona imediata à fronteira internacional uma vantagem em termos de mercado de trabalho, de serviços (saúde, educação) etc”. (SOUCHAUD e CARMO, 2006, p. 14). Também sabemos que a fronteira tem sido apontada como a principal porta de entrada de drogas e armas que abastecem o crime organizado brasileiro.

O estudo dessas tensões é necessário e urgente. Outras questões tensas se apresentam nos conflitos latentes para a exploração de recursos naturais transfronteiriços, como é o caso da construção da represa de Guajará-Mirim, localizada em águas binacionais Brasil-Bolívia. Os impasses para a realização da obra e os impactos decorrentes podem ser compreendidos por meio de documentos bilaterais que tratam da “diminuição de estoques pesqueiros, (...) da degradação da qualidade da água (...), da rarefação da biodiversidade fluvial (...)” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 181).

Assim como as tensões, os acordos de cooperação atuais e pretéritos são temas a serem mais explorados. No campo dos acordos de cooperação cabe referência ao Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, que trata da liberdade de navegação e do aproveitamento das “múltiplas funções” dos rios transfronteiriços, bem como os acordos para o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná, com vistas à Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁸.

⁸ Outros temas de cooperação podem ser analisados como o Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção do Comercio entre Brasil e Bolívia (Fornecimento de Gás Natural); assinado em 17 de agosto de 1992; os acordos de interligação energética Santa Cruz – Cuiabá; a criação de comitês de fronteira em Brasília - Cobija, Guajará-Mirim – Guayaramerín e Corumbá - Puerto Suárez; os acordos para garantir a proteção de ecossistema para a proteção e a manutenção da diversidade biológica e os recursos naturais e culturais associados a ela, como o Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, de 1990

No campo da cultura e do meio ambiente gostaria de contemplar a importância de estudos que abordem formas de proteção dos Patrimônios da Humanidade o Parque Noel Kempff, as Missões Jesuíticas de Chiquitos e o Pantanal Brasileiro.

O Vale do Guaporé no Sudoeste do Estado continua além-fronteira, e do outro lado é chamado de Parque Noel Kempff Mercado, uma das maiores unidade de conservação da Bolívia com mais de 90 mil hectares de extensão, que abriga grande diversidade de fauna e flora. O Pantanal brasileiro que é um dos mais importantes biomas do planeta reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, localizado na zona de fronteira, e que não se limita ao território brasileiro, mas adentro do território boliviano e forma o Pantanal da Bolívia ou Chaco boliviano. Em sua extensão, é uma das mais extensas áreas úmidas contínuas do mundo, uma faixa de transição entre os domínios Amazônico, Cerrado e Chaco (AB'SABER, 2003), um complexo singular e diverso.

A contiguidade do ecossistema de um lado e de outro da fronteira requer posicionamentos comuns em relação às reservas da Biosfera, o que aponta para a necessidade de integração dos instrumentos legais e institucionais entre o Brasil e a Bolívia para a gestão desse espaço.

O pantanal constitui patrimônio natural da humanidade, mas apenas do lado brasileiro. A fraca representação das áreas úmidas patrimonializadas na Bolívia e no Paraguai revelam o conteúdo seletivo e processual que qualifica sítios, áreas e espécies elegidas à categoria de patrimônio mundial. A conservação do patrimônio transfronteiriço exige o fortalecimento dos laços transfronteiriços em diferentes domínios.

Esses são alguns elementos que tornam o estudo das fronteiras de extrema importância, ainda mais em uma das áreas mais ricas em diversidade cultural e ambiental como a fronteira Brasil/Bolívia.

Considerações finais

Nessa arqueologia de conceitos, a fronteira é compreendida como espaços onde se manifestam múltiplas diversidades, diferentes sujeitos históricos e confrontos constantes. O desafio que se coloca para o pesquisador consiste em percorrer esses caminhos e encontrar o sentido mais adequado para sua utilização, sem deixar de se lembrar que está tratando de um fenômeno sócio-histórico e não sincrônico.

Ainda que a pluralidade de significados possa dar a impressão de vale-tudo, o emprego do conceito deve implicar uma análise historicamente situada, sem se esquecer que é através da multiplicidade de teorias que se aprendem as questões a serem formuladas pois elas, com seus acordos e divergências, “iluminam o caminho da pesquisa” (BOUVIER, 1988).

Cabe, então, valer-se do conceito e empregá-lo com precisão nas várias possibilidades apontadas.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARIÉS. Philippe. O Tempo da História, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BACKHEUSER, E. Teoria das Fronteiras. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BOWMAN, Isaiah - Geographical Interpretation, from an address given at the inauguration of a Department of Geography at Rutgers University, April, 6, 1949. Geographical Review, Vol. XXXIX, n. 0 3 July, 1949, pp. 355-370.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOUVIER, J. As crises econômicas. In J. Le Goff, História. Novas abordagens. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

BRAUDEL, Fernand. Escritos Sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARVALHO, Francismar A. Fronteiras e zonas de contato: perspectivas teóricas para o estudo dos grupos étnicos. Dimensões, 18, 2006.

COIMBRA, J. de Á. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: In PHILIPPI Jr, Arlindo, TUCCI, Carlos. E. M, HOGAN, Daniel J., NAVEGANTES, Raul. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000. 318 p.

COSTA, Gustavo V. L. da. O muro invisível. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 2, 2013.

COSTA, Marilda de O. Parceria público-privado e a implementação de proposta educacional do terceiro setor em área de fronteira no Brasil. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 5, n.1, p.78-95, 2012 .

FLORES, M. B. R. Fronteiras deslizantes: lugares de cultura raça, gênero e indivíduo. In J. MALERBA, (org). I Fórum de Pesquisa Programa Associado de Pós Graduação em História UEM/UEL - CD-ROM. Maringá, 2001.

FLORIANI, D. Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade. In PHILIPPI Jr, A, TUCCI, C. E. M, HOGAN, D J., NAVEGANTES, R. Interdisciplinaridade

- em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000. 318 p.
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001a.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental. Petrópolis : Vozes, 2001b.
- LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 6, n. 73, p. 1-23, 2005.
- MARTIN, A. R. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1992.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- PACINI, Aloir. Os Chiquitanos na fronteira. *Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia, 2008.
- PAGÉS, Joan. Aproximación a un currículum sobre el tiempo histórico. *Enseñar historia. Nuevas propuestas*. Barcelona: Laia, 1989
- PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. *Fronteiras culturais: Brasil, Argentina e Uruguai*. Porto Alegre: Atelier Editorial, 2002, pág.35-39.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- REIS, J. C. A História metódica, dita “positivista”. *Pós-História*. UNESP. Assis, vol 03, 1995, PP. 41-55.
- SILVA, C. A. F. da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In Santos, M. e Becker, B. *Território territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA, Joana A. F. Identidades e conflito na fronteira: poderes locais e os chiquitanos *Mem. am.* [online]. 2008, n.16-2 [citado 2015-07-16], pp. 119-148. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&
- SILVA Luís P. B. da. **Formação e povoamento da fronteira Brasil-Bolívia. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, N°20, Rio, 2010.**
- SOUCHAUD, S e CARMO, Roberto L. Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai.** *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG, 2006.*
- STEIMAN, Rebeca. Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira.** Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras. Acesso em: 17 de julho

de 2015.

TRIGAL, L. L e POZO, P. B. D. Geografía Política, Madrid, Ediciones Cátedra, 1999.

TURNER, F. J. Frontier and section. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Inc, 1961.

ZIENTARA, B. Fronteira. Enciclopédia Einaudi. Estado/Guerra, 14. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.